Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

AS PRÁTICAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2007-2015)

THE PRACTICES OF THE STUDENT MOVEMENT IN SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2007-2015)

RUDÁ MORAIS GANDIN[1]

ALBONI M. D. PIANOVSKI VIEIRA[2]

RESUMO

O Movimento Estudantil, emergido tal como o conhecemos atualmente, nasce após a década de 1930, com a fundação das agremiações estudantis nacionais. Fruto das mobilizações em torno de pautas políticas, o movimento estudantil se destaca na vida social brasileira. Em 2007, surge em São José dos Pinhais, município da Região Metropolitana de Curitiba, a União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES), uma agremiação cujo objetivo era representar a comunidade estudantil ante o poder público local. Com base em pesquisa bibliográfica, documental e de campo, apoiada na história oral, o presente artigo discute os modos de agir e pensar que eram praticados pelos estudantes no interior da Umes, no período de 2007 a 2015. Destaca-se que as entrevistas que foram realizadas se deram com ex-participantes da entidade, jovens estudantes, na maioria provenientes de escolas públicas. Serve-se, neste estudo, das noções de campo político em Bourdieu; de tática em Certeau; e de poder em Foucault, no intuito de compreender as práticas estudantis, empreendidas no âmbito da referida agremiação, onde intentavam, a partir do campo da política, lograr suas bandeiras. Depreende-se, portanto, que a maioria dos estudantes, introduzidos na Umes, vislumbrava sua organização como instrumento de luta por seus direitos, embora fosse também um lugar de reflexão acerca da qualidade da educação.

Palavras-Chave: Movimento estudantil. História da Educação. São José dos Pinhais.

[1] Doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). Mestre em Educação. E-mail: ruda.gandin@pucpr.edu.br.

[2] Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). E-mail: alboni@alboni.com.

ABSTRACT

The student movement as we know it today was born after the 1930s, with the creation of national student organisations. As a result of mobilisations around political agendas, the student movement stands out in Brazilian social life. In 2007, the Municipal Union of Secondary School Students (UMES) was founded in São José dos Pinhais, a municipality in the Curitiba metropolitan region, with the aim of representing the student community before the local government. Based on bibliographical, documentary and field research, supported by oral history, this article discusses the ways of acting and thinking practiced by students within the UMES from 2007 to 2015. It is noteworthy that the interviews were conducted with former participants of the entity, young students, mostly from public schools. This study uses the notions of Bourdieu's political field, Certeau's tactics and Foucault's power in order to understand the students' practices, carried out within the framework of this organisation, where they tried to achieve, from the field of politics, their flags. It seems, therefore, that most of the students introduced to UMES saw their organisation as an instrument of struggle for their rights, although it was also a place of reflection on the quality of education.

Keywords: Student movement. History of Education. São José dos Pinhais.

INTRODUÇÃO

No presente artigo, busca-se discutir o movimento estudantil brasileiro, mais especificamente o Movimento Estudantil Clássico (MECL)[3], a partir do esquadrinhamento das práticas empreendidas pela União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES), durante o período de 2007 a 2015, no município de São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba, no Paraná. Ressalta-se, contudo, que o artigo se atém a duas práticas em particular, a da organização dos congressos e a da produção de carteiras estudantis, conhecidas como “carteirinhas”. Ademais, importa esclarecer, de imediato, que o recorte temporal de 2007 a 2015 se dá em função da ocorrência, em 2007, da fundação da Umes e, em 2015, do seu último congresso. Com base em pesquisa bibliográfica, documental e de campo, apoiada na história oral, intenta-se analisar os modos de agir e pensar dos integrantes da Umes, agremiação até o momento acomodada no passado, uma vez que sua história, circunscrita apenas à memória de seus participantes, achava-se camuflada, relegada à borda dos

[3] Entende-se que o movimento estudantil é, na verdade, composto por movimentos que, normalmente, podem ser localizados em sua forma clássica ou em sua forma autogestionária. Mais à frente, no texto, a opção em definir o movimento estudantil aqui estudado será mais bem esclarecida.

acontecimentos da região.

Desse modo, iniciar um descolamento às práticas, realizadas no interior da Umes, envolve uma aproximação aos vestígios deixados pelos estudantes. Analisar cada indício atentamente, no intuito de apreender o passado, como indica Barros (2020, p. 5), consiste numa escolha metodológica que se renova diurnamente, porque se refere a uma forma de arrostar às fontes históricas, indispensáveis para desvelar as atividades que se realizavam no âmbito da agremiação estudantil, cuja produção, embora poucas vezes convocada pelos historiadores da educação, guarda profícuos desdobramentos, pertinentes para compreender as políticas educacionais e suas implicações na sociedade num dado momento histórico. No bojo dessa opção, sobrevoa a precaução com a seleção dos sinais, ornados de múltiplas possibilidades, que mudam, sugerem e podem levar o historiador a interpretações diferentes do passado, dependendo de sua perspectiva e de seu acúmulo teórico, como Marrou (1954, p. 31) nos leva a crer, quando afirma que "a riqueza do conhecimento histórico é diretamente proporcional à da cultura pessoal do historiador". Sendo assim, a leitura cuidadosa dos vestígios não só deve se constituir como um dos principais objetivos dos que se lançam à investigação histórica, como também deve perfazer todo seu caminho.

Também cabe informar que as fontes documentais que foram encontradas, e por conseguinte analisadas no artigo em tela, achavam-se sob o controle de parte dos ex-participantes da Umes. Assim, nada que se remetesse à Umes foi encontrado nos arquivos do município, ou mesmo em alguma instituição educacional da localidade. Dessa maneira, a reunião desses vestígios ou documentos, considerada por Bloch (2001) como uma das tarefas mais custosas ao historiador, como jornais, cartazes, atas, estatuto, crachás e outros, deu-se a partir do aceite e da colaboração dos ex-integrantes da agremiação estudantil, instigados aparentemente pelo interesse no passado que ajudaram a forjar. Esses documentos, tomados aqui na acepção de Le Goff (2013) como monumentos, porque "é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem", que "é preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção [...]" (LE GOFF, 2013, p. 497), não se constituem como algo dado, resolvido, prescindível da crítica. Na

verdade, o trabalho de análise dos documentos demanda o emprego da dúvida quanto à sua elaboração, ao seu conteúdo e à sua preservação, uma vez que "[...] não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência [...] deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise" (BLOCH, 2001, p. 83).

Demarca-se, também, em relação ao caminho teórico-metodológico da pesquisa, a opção pela história oral. As entrevistas utilizadas nesse trabalho se deram com ex-integrantes da Umes, que na época em que participavam da entidade tinham de 12 a 17 anos de idade. Boa parte dos entrevistados ocupava alguma função na diretoria da organização, seja como presidente, secretário-geral ou tesoureiro. Todavia, há também quem só colaborou na realização dos congressos, ocorridos de 2007 a 2015. Em suma, a escolha dos entrevistados se deu segundo o envolvimento de cada um com a história da Umes, conforme se observou nos documentos analisados. Por último, sublinha-se que a designação dos entrevistados se dá por uma letra, e todos, independentemente de o entrevistado ser do sexo feminino ou masculino, serão especificados como "entrevistado". Sobre o trabalho com relatos orais, ressalta-se que a postura do entrevistador com os entrevistados se pautou na busca pela "[...] recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu" (ALBERTI, 1996, p. 1), bem como pela compreensão de que na história oral existem dois autores pelo menos, o entrevistado e o entrevistador (ALBERTI, 1996). Sendo assim, as entrevistas se apoiaram no respeito e na consideração, por parte do entrevistador, por aquilo que lhe era contado, recorrendo-se à escuta, atentamente, como forma de acessar os acontecimentos que se sucederam no passado.

Em relação às noções em que o presente trabalho se apoia, a saber: tática em Certeau (2014); de campo em Bourdieu (2011a; 2011b, 2004, 2019); e de poder em Foucault (1979), todas guardam uma correspondência entre si na discussão sobre as práticas estudantis, uma vez que ajudam no desvendamento das ações dos estudantes, observadas com base nos relatos orais e nos documentos que foram analisados. Serve-se desses autores para mostrar que os movimentos estudantis, embora originários do campo educacional, logram ocupar o campo da política, no intuito de conquistar suas reinvindicações. Fazem isso, no entanto, por meio de táticas, pensadas desde a heterogeneidade dos

sujeitos envolvidos, emaranhados por relações de poder, uma vez que o destino das atividades, o modo como faziam e o que faziam pareciam decorrer de uma correlação de forças entre os participantes, marcada por um revezamento de poder.

O conceito de tática em Certeau (2014) deve ser compreendido no âmbito de suas reflexões a respeito da polemologia, bem como pelo seu interesse no cotidiano e na maneira pela qual os sujeitos, inventivamente, agem. Assim, de acordo com o autor, tática seria "[...] um cálculo que não pode contar com um próprio [...]. A tática só tem por lugar o do outro [...]. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias" (CERTEAU, 2014, p. 45).

Sobre a ideia de campo, usada aqui para refletir acerca da passagem que os estudantes realizavam de um lugar a outro, mais especificamente da educação à política, Bourdieu (2011a, p. 133) a interpreta como um espaço social, que é "construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que actuam no universo social considerado [...]". Nesse espaço, o autor ainda pondera que "os agentes e grupos de agentes" se definem "pelas suas posições relativas [...]" (BOURDIEU, 2011a, p. 134), as quais são disputadas, revelando o campo como "objeto de luta" (BOURDIEU, 2004, p. 29). Ainda de acordo com o autor, "a estrutura do campo é um estado da relação de poder entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferir, da distribuição do capital específico que, acumulado no decurso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores" (BOURDIEU, 2019, p. 110). Outrossim, cabe advertir que a noção de campo em Bourdieu se acha relacionada à ideia de *habitus* do mesmo autor, definida como "[...] sistemas de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores" (BOURDIEU, 2019, p. 115), porque os estudantes, deslocados de seu campo de origem, necessitam, para atuar no campo em que buscam conquistar suas bandeiras, adquirir o *habitus* em jogo, ou melhor, precisam incorporar as regras e o modo de agir, legitimados pelos integrantes do campo que buscam fazer parte, neste caso o campo da política.

Para discutir a dinâmica que rege os estudantes na luta por suas

bandeiras, a opção pelo conceito de campo político em Bourdieu (2011a) é fundamental. Para o autor, o campo político se define "ao mesmo tempo como campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento" (BOURDIEU, 2011a, p. 164). Assim, os estudantes não buscam se inserir em qualquer campo, mas no campo da política, uma vez que é nele, e só nele, ser possível de, modificando a relação de forças no interior do campo, conquistar suas pautas.

O último conceito que se utiliza nessa pesquisa é o de poder em Foucault (1979). Este se caracteriza, sobretudo, pela compreensão de poder como algo que cada um de nós pode ser titular. Nas palavras de Foucault (1979, p. 160), o poder "[...] passa[ria] por canais muito mais sutis, [...] muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula poder". Desse modo, entende-se que os estudantes, inseridos na Umes, detinham, numa vez um, numa vez outro, poder, que era exercido a depender da situação e das discussões em curso na agremiação. O fato é que a Umes era marcada por relações de poder que a atravessavam, contribuindo na forma como os estudantes se organizavam e lutavam por suas reivindicações.

O artigo se acha divido em três seções. Na primeira, discute-se a opção teórico-metodológica acerca da pesquisa sobre ME no terreno da História da Educação, apontando a opção política adotada nesse artigo em considerar o movimento no plural, como movimentos heterogêneos. Na segunda parte, analisam-se de modo breve alguns dos aspectos da história do ME brasileiro, realçando seu desdobramento político no país. A última seção do trabalho examina, então, as práticas dos estudantes, particularmente três, a da organização dos congressos; a da produção de carteiras estudantis, conhecidas como "carteirinhas"; e a da organização de manifestações, no período de 2007 a 2015, com o apoio dos relatos orais e dos documentos.

1. O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

No âmbito da pesquisa em História da Educação no Brasil, ainda é

reduzido o número de trabalhos que se dedicam à história do Movimento Estudantil (ME), em especial à história das agremiações do movimento secundarista, talvez pela "tendência dos pesquisadores em educação não reconhecerem os movimentos sociais como objeto de pesquisa nessa área do conhecimento, privilegiando os espaços de educação formal – as instituições de ensino" (SIMÃO, 2015, p. 77). Desse modo, voltar-se a esse tipo de iniciativa consiste, por um lado, em acentuar sua importância, e, por outro, em dar evidência a um passado, amiúde relegado ao esquecimento, mas que anuncia, se bem observado, os modos de pensar e agir dos estudantes. Nessa parte do artigo, delimita-se o movimento como movimentos, uma vez que o são, como se nota, heterogêneos.

Constituído, essencialmente, em torno das realizações de suas principais agremiações nacionais – a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e a União Nacional dos Estudantes (UNE) –, o ME brasileiro é afamado por ocasião de seu envolvimento em dois episódios da vida social e política do país: a resistência contra a ditadura civil-militar de 1964-1985 e a luta pelo impedimento do ex-Presidente da República, Fernando Collor de Mello, em 1992. É claro, no entanto, que há outros momentos de protagonismo dessas entidades, como a participação, no final da década de 1940, na campanha "O petróleo é nosso", que lutava pelo monopólio nacional da extração de petróleo[4]. Porém, a contar pela quantidade de trabalhos acadêmicos, conforme o levantamento feito por Simão (2015), nota-se que mais da metade das publicações acadêmicas acerca do ME, no período de 2003 a 2014, referia-se ao período ditatorial, de 1964 a 1985, contribuindo para o robustecimento da história do ME como a história de um momento ou outro em particular e, igualmente, como a história de suas agremiações nacionais.

Brito (2018, p. 158) considera que, em função da hegemonia política e ideológica que a UNE acabou exercendo no movimento, esta permitiu "que sua produção e, mais especificamente, sua autoimagem pudesse se afirmar como versão oficial da história do ME brasileiro". Dessa forma, "[...] com a UNE como porta-voz da versão oficial sobre a memória das lutas estudantis, estas acabam

[4] No *site* da União Nacional dos Estudantes, na parte em que se dedica a contar a história da agremiação, é possível verificar as inúmeras lutas por ela protagonizadas.

reduzidas à história – tão glorificada quanto possível – das entidades representativas" (BRITO, 2018, p. 158), ocasionando o escamoteamento da expressividade e da inventividade das ações e lutas de organizações estudantis regionais, situadas em municípios ao largo dos grandes centros urbanos. Isso não quer dizer que haja um problema na existência de agremiações que atuam nacionalmente, representando as organizações regionais, entretanto a grande questão que se coloca é a tomada, assumida de modo automático em boa parte dos casos, das entidades nacionais como reflexo das entidades estudantis regionais, como se fossem idênticas e agissem, unicamente, conforme as diretrizes de sua representante nacional.

Levando em conta que o ME não se confina na história das organizações que atuam em âmbito nacional ou na importância de seus feitos, embora sejam habituais as interpretações que o colocam nessa posição, tomando-o como homogêneo, porque se ignoram as particularidades que o rodeiam, como o engajamento de múltiplos sujeitos e a diversidade dos lugares onde ocorrem, convém o estabelecimento de uma demarcação metodológica, que não incorra no disfarce da noção, apontada por Tariq Ali (2008, p. 20), de que "cada geração é única". Essa leitura, em relação à particularidade das gerações, permite a compreensão das circunstâncias como resultado das condições que a contornam, e, igualmente, como produto das reações a seus eventos, perpetrado pelos sujeitos. Assim, pode-se depreender que o ME seria o efeito da relação entre os seus participantes e o destino do próprio movimento, que é o de atentar-se, sobretudo, às causas educacionais que o afetam. Destarte, convém apontar que, além das gerações serem únicas, o movimento é, na verdade, um movimento de movimentos. Conforme aponta Melucci (1989, p. 60), trata-se de uma "rede de grupos partilhando uma cultura de movimento e uma identidade coletiva" (MELUCCI, 1989, p. 60), certamente expressa pelas bandeiras e/ou reinvindicações que os reúnem, derivada da participação dos múltiplos sujeitos/estudantes.

Cabe destacar, então, que o movimento pode ser caracterizado a partir de dois formatos de organização, aqui denominados como Movimento Estudantil Clássico (MECL) e Movimento Estudantil Autogestionário (MEA), embora nesse artigo o estudo se remeta ao MECL. A respeito do primeiro, entende-se como

uma "[...] estrutura organizativa [a qual], talvez seja, a forma mais conhecida e identificada pelos estudantes e a sociedade em geral; por seu histórico, por sua maior visibilidade, por sua 'pulverização' na base, por sua tradição, por sua continuação através do tempo" (MESQUITA, 2006, p. 264). No caso do segundo, entende-se como uma forma de movimento que reside, e que ocorre em boa parte dos casos, ao largo das entidades estudantis, porque guarda diferenças quanto as suas maneiras de se organizar e de se colocar diante das lutas por suas bandeiras. Isso não significa que ambas se digladiam no intuito de uma sobrepor-se à outra, na verdade, ambas, em função de seus objetivos em comum, muitas vezes se retroalimentam, o que reforça o desejo de os movimentos serem ouvidos e de testemunharem a concretização de suas pautas. Alguns exemplos de MEA que se pode levantar são as ocupações de escolas que ocorreram no estado de São Paulo, em 2015, e no estado do Paraná, em 2016, as quais se caracterizaram pela realização de práticas autogestionárias, que podem ser compreendidas como "a gestão de uma coletividade por ela mesma" (VICENTINI, 2000, p. 30 *apud* GROPPO, 2006, p. 9).

Compreender o ME como um movimento de movimentos, independentemente da forma como o enxergamos, clássica ou autogestionária, implica encará-lo como um movimento plural, porque ainda que divida causas similares e seja identificado por ações análogas, dispõe de sujeitos adversos, formados a partir de lugares distintos e que guardam práticas bem específicas, oriundas, certamente, da diversidade cultural que os encerram. Sujeitos jovens, quer dizer, "um ser singular que se apropria do social [...], que interpreta e dá sentido ao seu mundo e às relações que mantém" (DAYRELL, 2003, p, 44.). Para Dayrell (2003, p. 42), a escolha pelo plural do termo juventudes acha-se no sentido de "[...] enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes", o que corresponde à influência do "meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona". Desta feita, convém sugerir dois pressupostos, com os quais o presente artigo se circundará, e que se alvitra como pontos a serem observados numa pesquisa sobre ME, particularmente no âmbito da história da educação. São eles: (1) os estudantes não são uma massa uniforme; (2) sua atuação é sempre envolvida por relações de disputas,

localizada na mais acanhada das agremiações por eles dirigidas, o que reforça ou ajuda a reforçar o argumento quanto à singularidade dos movimentos.

Para finalizar essa parte do artigo, acredita-se que o ME se caracteriza como um movimento político, porque se consubstanciou à luta política em diferentes períodos da vida da sociedade brasileira, além de ser um movimento educacional, e, sobretudo, um movimento social, uma vez que se constitui, de acordo com o conceito de movimento social dado por Gohn (2015, p. 13), em "ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas". No caso dos estudantes, a forma com que revelam suas demandas e bandeiras é, normalmente, organizada no ME, seja na forma clássica ou na forma autogestionária.

2. ASPECTOS GERAIS DA HISTÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO

Apesar de provarem sua capacidade organizativa, criativa e de mobilização, conforme é possível constatar em numerosos estudos – dos mais antigos, como nos clássicos de Poerner (2004) e Mendes Junior (1982), aos mais recentes, como no de Leme (2018), Brito (2018) e Santos (2018) –, os estudantes ainda são representados pela ação em alguns episódios da vida nacional e por uma e outra agremiação, não obstante a numerosa presença de entidades estudantis no país, como grêmios e organizações municipais, como é o caso da Umes.

Os vestígios iniciais a respeito do ME se reportam ao Brasil Colônia, quando um conjunto de estudantes agiu contra a invasão francesa no Rio de Janeiro, em 1710 (POERNER, 2004). Após isso, aconteceram outras manifestações no país, lideradas por estudantes, especialmente com a criação das primeiras faculdades, no período do Império, como a campanha que se sucedeu em favor da abolição da escravatura (POERNER, 2004). No entanto, para Poerner (2004, p. 78), até o começo do século XX, as manifestações estudantis se caracterizavam como "dispersas e caóticas" e só com o surgimento, em 1937, da União Nacional dos Estudantes (UNE) é que se

identificará o ME como o conhecemos atualmente. Ainda, de acordo com o mesmo autor, a emersão da UNE promove uma centralização em relação às mobilizações estudantis. “É com a centralização na UNE, das lutas estudantis, que elas vão adquirir, progressivamente, caráter organizado e de emancipação nacional” (POERNER, 2004, p. 53). Até a condição alcançada pela UNE, há exemplos de tentativas de centralizar as ações dos estudantes no país, porém sem sucesso, como o caso da realização do I Congresso Nacional de Estudantes, ocorrido em São Paulo, em 1910, e a campanha pela fundação da Federação de Estudantes Brasileiros, lançada em 1924.

Sobre o período que antecede a criação da UNE, Mendes Junior (1982, p. 35) afirma que “[...] as entidades estudantis surgidas pecavam, ou por possuírem um caráter local, carecendo, pois, de expressividade nacional, ou por seu fôlego curto, surgindo e desaparecendo, muitas vezes sem deixar qualquer rastro”. Talvez por isso que o estabelecimento de uma agremiação nacional se constituiu como referência aos estudos sobre ME. Ademais, a instauração da UNE enquanto retrato do movimento, certamente em decorrência de sua expressão política no país, contribuiu para o alastramento de outras agremiações em diferentes municípios e estados brasileiros, conformando o MECL como ainda é atualmente.

Nascida ao mesmo tempo em que ocorre a instauração do Estado Novo, fruto de um golpe de Estado liderado por Getúlio Vargas, a UNE, oriunda do I Conselho Nacional dos Estudantes, emerge “sob o signo da luta pela democracia”, segundo aponta Mendes Junior (1982, p. 36). O autor também destaca um evento curioso acerca da UNE, relacionado à sua atuação: “[...] a entidade, que mais tarde viria a ser execrada pelos governos de exceção por suas posições ‘subversivas’, surgiu das entranhas de um órgão paraoficial e pretensamente ‘apolítico’ chamado Casa do Estudante do Brasil (CEB) [...]” (MENDES JUNIOR, 1982, p. 36). Todavia, a verdadeira UNE, como analisa Mendes Junior (1982, p. 38), a que representava politicamente os estudantes universitários, “só surgiria realmente com a sua separação da CEB e a realização do II Congresso Nacional dos Estudantes [...] em dezembro de 1938”. A UNE, então, resulta de uma inclinação à democracia, uma vez que o seu processo de consolidação se deu por meio de eleições e porque sua principal bandeira, logo

após o seu surgimento, concentrou-se na luta contra os regimes totalitários, como foi o caso das mobilizações contra o fascismo e o nazismo, pressionando o governo brasileiro a tomar partido durante a Segunda Guerra Mundial (MENDES JUNIOR, 1982; POERNER, 2004).

Outras mobilizações marcaram o ME brasileiro, como o seu envolvimento na campanha pelo "Petróleo é Nosso", nos anos de 1950, e a luta pela reforma universitária, na década seguinte. Todavia, em 1964, ano do golpe cívico-militar que depôs o então Presidente da República, João Goulart, e instaurou uma ditadura no Brasil, a UNE sofreu, na madrugada do dia 1º de abril, um ataque à sua sede, na praia do Flamengo, no Rio de Janeiro. Perseguida pela ditadura que se iniciava, boa parte dos estudantes e a UNE se colocam na resistência contra a censura e o cerceamento das liberdades. Durante esse período trágico da história brasileira, que levou à morte e à tortura dezenas de jovens, a UNE e a Ubes, embora colocadas na clandestinidade pelo governo da ditadura, não deixaram de existir e regressam às ruas no final da década de 1970, como mostra Poerner (2004), encabeçando com outros movimentos a campanha pelas "Diretas Já!", em 1983 e 1984.

Com a redemocratização do país e a proclamação de sua nova Constituição, em 1988, o ME brasileiro, agora contornado por transformações sociais, culturais e políticas que o colocaram frente a novos desafios, "[...] já não se constitui[u] como os centros da vida cultural e política juvenil", além disso, "com a crise da esquerda, o fim da ditadura como fator unificador e a abertura de espaços alternativos para participação política, o movimento estudantil perde seu monopólio na mobilização juvenil" (MISCHE, 1997, p. 143). Nesse contexto, ocorreram as manifestações que pediam o *impeachment* do então Presidente da República, Fernando Collor de Mello, no ano de 1992. O grande destaque desse momento foram os "caras pintadas", um conjunto de jovens, em grande parte estudantes, mas que não se achavam vinculados às suas entidades representativas, que no decorrer do movimento "Fora Collor" passaram a ocupar um papel de relevância.

No ano de 1994, as eleições para Presidente da República, vencidas pelo então sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC), confirmam o caráter progressista, mais à esquerda, do espectro político, do ME, mais particularmente

do MECL. De acordo com Poerner (2004), as entidades estudantis, como a UNE e a Ubes, colocaram-se em oposição ao governo de FHC, porque o enxergaram como representante de uma agenda de privatizações dos serviços públicos e de "redução de direitos sociais e trabalhistas" (POERNER, 2004, p. 302). Já com a eleição, em 2002, de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), como Presidente da República, o MECL adotou uma postura de cooperação com o novo governo, novamente eleito em 2006 para mais quatro anos, que lhe outorgou uma imagem, difundida até pelos próprios militantes, como "[...] burocratizado, hierarquizado, centralizador, partidarizado, ultrapassado" (MESQUITA, 2003, p. 122). Essa crise, com a qual se viu acometido o MECL, contribuiu para dar visibilidade a outras formas de se organizar do ME, expresso, em especial, nas ocupações de escolas que ocorreram nos anos de 2015 e 2016, contra as reformas educacionais intentadas em São Paulo e no Brasil, pelo Presidente da República, Michel Temer, empossado a partir de um processo de impedimento bem discutido, que retirou a então presidente eleita Dilma Roussef.

3. AS PRÁTICAS ESTUDANTIS

Nesta parte do trabalho, são discutidas as práticas, empreendidas pelos estudantes da Umes, no período de 2007 a 2015. Todavia, em função dos limites do texto, a atenção se dá a três delas em particular: a organização dos congressos; a produção de carteiras estudantis, conhecidas como "carteirinhas"; e a organização de manifestações. Acredita-se que outras práticas, como as campanhas de arrecadação de recursos; a ida a eventos em outros municípios e a organização de reuniões etc., caminham na esteira do que se busca argumentar a partir da análise do recorte alvitrado, qual seja, a de que elas se configuram enquanto táticas, como forma de os estudantes conquistarem suas reivindicações.

Em 2007, no município de São José dos Pinhais, localizado nas imediações de Curitiba[5], surgiu a União Municipal dos Estudantes Secundaristas

[5] Curitiba é a capital do estado do Paraná, no Sul do Brasil. Quanto a São José dos Pinhais, trata-se de um dos principais polos automobilísticos do estado paranaense e se acha entre os seus dez municípios mais populosos.

(UMES), agremiação cujo objetivo era representar a comunidade estudantil ante o poder público local, conforme se observa nos documentos e depoimentos dos entrevistados. Surgida por ocasião de seu congresso, no dia 31 de março de 2007, realizado em uma das escolas públicas do município, com o lema "Em defesa do Brasil", a Umes guardava, desde o seu início, uma preocupação política, denunciada pelo discurso de seu recém-presidente eleito, registrado na ata de sua fundação: "[...] é necessário exigir a queda dos juros siderais imposta pelo Banco Central, que é presidido por um tucano cujo único interesse é defender os banqueiros" (ATA DE FUNDAÇÃO DA UMES, 2007, [n. p.]).

O período em que se deu a fundação da Umes coincidiu com as mobilizações do MECL em torno da reivindicação pela diminuição da taxa de juros no país, praticados pelo Banco Central (BC). Em uma das teses para o 49º Congresso da UNE, denominada "Mutirão Nacional pela Reforma Universitária: mais fortes são os poderes do povo", na qual se pede a saída do então presidente do BC, Henrique Meirelles, afirma-se que

> [...] é preciso consolidar os rumos das mudanças e abrir espaço para a retomada do crescimento. É fundamental que enterremos por completo a herança deixada pela política de destruição nacional de FHC. Sua face mais destrutiva foram os juros altos, que sufocaram a economia do Brasil, causando o maior desemprego de toda a nossa história, responsável pelo aumento em 11 vezes da nossa dívida pública [...]. Essa política suicida tem hoje como seu principal defensor o ex-presidente mundial do Banco de Boston (2º maior beneficiário do aumento de juros) e deputado federal eleito pelo PSDB, Henrique Meirelles que, em benefício de banqueiros e de especuladores, transfere R$ 180 bilhões anualmente para pagamento de juros da dívida pública, e atua como sabotador das ações do restante do governo [...] (MUTIRÃO TESE, 2005, [n. p.]).

Em uma matéria jornalística do ano de 2012, assinada por Paulo Vinícius Silva, a qual é possível acessar por meio do *site* da UNE, consta que houve uma manifestação, organizada pela Ubes, em que seus participantes denunciavam "à população o problema dos juros altos" (SILVA, 2012, [n. p.]). Houve também, mas em 2010, uma crítica "[...] à perversa lógica que beneficia grandes banqueiros e especuladores através do jogo com a dívida pública e a rendosa remuneração do Estado em formas de juros e superávits", residida num documento da UNE, chamada de "Projeto UNE pelo Brasil", que prometia a

defesa de uma agenda com “mais desenvolvimento” (PROJETO UNE PELO BRASIL, 2010, [n. p.]). Evidencia-se, com a preocupação em relação à taxa de juros do país, o interesse dos estudantes pelo campo da política, embora o campo no qual se achem, originalmente, seja o da educação. Isso deriva, provavelmente, porque o campo político pode “ser descrito como um jogo no qual o que está em disputa é a imposição legítima dos princípios de visão e divisão do mundo social” (BOURDIEU, 2011b, p. 206). Então, a disputa nesse campo passa em colocar no debate a forma como os atores que se digladiam olham o corpo social. Quem, por ora, sobrepõe-se, impõe a sua visão de mundo.

Uma das principais práticas que a Umes de São José dos Pinhais empreendeu foi a produção de carteirinhas, apoiada em outras experiências de agremiações estudantis do país. Num encontro que ocorreu em um dos bairros do município, na sede da associação de moradores, com empresários da região, o presidente da Umes daquele período, provavelmente no ano de 2008, afirmou que a confecção das carteirinhas pretendia “reforçar as atividades comerciais, trazer benefícios para os associados da UMES e, ao mesmo tempo, aumentar o número de participantes em todas as regiões” (UMES FIRMA CONVÊNIOS, [2008], [n. p.]). Vê-se que o representante da agremiação buscava, por meio de uma parceria comercial, que objetivava dar descontos aos estudantes em produtos nos estabelecimentos comerciais (UMES FIRMA CONVÊNIOS, [2008]), tornar a sua entidade maior, com participantes em várias localidades, decerto no intuito de que a agremiação obtivesse mais força. Um dos cartazes de divulgação da carteirinha que foi colocado nas escolas afirmava, por exemplo, que “[...] com esta carteirinha, além de assistir um bom filme ou um jogo do seu time, se vestir no seu estilo, divertir-se, cuidar de sua saúde e aparência você economiza e tem a certeza dos seus direitos garantidos como estudante” (CARTAZ UMES, [2008], [n. p.]). Ou seja, por trás dos descontos, isto é, da prática de confecção de carteirinha, residia a luta pelos direitos estudantis, sem dúvida desempenhada no âmbito do campo político.

A produção da carteirinha, segundo o entrevistado “D”, deu-se em decorrência de uma visita a uma entidade estudantil em Criciúma, no estado de Santa Catarina.

> [...] a gente fez uma viagem para a cidade de Criciúma em Santa Catarina, onde a gente fez um intercâmbio com uma UMES de lá [...] eles eram muito organizados [...] eles conseguiram fazer muitos projetos [...], e a gente trouxe muita ideia bacana de lá [...], a primeira das ideias que a gente implantou era a carteirinha da UMES [que] dava direito aos estudantes que adquiriam a carteirinha [...] descontos que variavam de 5% a 80% numa rede de lojas, comércios, com os quais a gente fez alguns acordos, fizemos convênios [...] (D, 2020).

Embora o entrevistado tenha apontado como uma ideia que se originou de uma visita a outra agremiação regional, a produção de carteirinhas pela UNE e pela Ubes parece ser mais antiga. Entretanto, a prática parece ser uma saída no intuito de financiar as ações dos estudantes. No caso da Umes de São José dos Pinhais, as carteirinhas eram vendidas pelo valor de R$ 3,00, o que ajudou, de acordo com o relato do pesquisador, no pagamento de ajudas de custo e aluguel de uma sede para a agremiação. Em resumo, a produção das carteirinhas foi uma das práticas que os estudantes acharam para se autossustentar e, desse modo, realizar suas atividades e fortalecer a luta por suas bandeiras. Convém destacar, contudo, que o processo de sua confecção não se deu sem tensionamentos ou disputas.

De acordo com o entrevistado “D”, as ideias na época “acabaram entrando em choque [...] muito em choque [...], houve uma ruptura do grupo, inclusive” (D, 2020). Sobre essas tensões, que guardavam o funcionamento da Umes, outro entrevistado afirmou que “[...] cada pessoa tinha, enfim, sua opinião, os ideais, e aí tinhas as discussões [...]” (E, 2020). Isso revela que, mesmo numa organização onde todos se destinam a um objetivo em comum, não reside consensualidade absoluta, como advoga muitas vezes quem as vê de fora, porque nela há intrínseco um emaranhado jogo de poder, que é disputado, uma vez que o poder “não é um lugar, que se ocupa, nem um objeto, que se possui. Ele se exerce [...]”, conforme analisa Machado (1979, p. 15), a partir de sua leitura a respeito de Foucault.

Outra prática da Umes foi a realização de congressos. Essa prática, na verdade, é uma das marcas do MECL, que, a depender do estatuto de cada agremiação, ocorre a cada dois anos, sobretudo no intuito de nomear seus dirigentes. O primeiro congresso da Umes aconteceu em março do ano de 2007, data de sua fundação, que se deu, segundo o entrevistado “A”, em função de

uma necessidade. De acordo com ele, havia urgência quanto à criação de uma entidade, "[...] não só um grêmio estudantil, mas de uma entidade que discutisse políticas voltadas para todo município das escolas secundaristas [...]" (A, 2020). A emersão da Umes se inscreve, então, num quadro de demanda dos estudantes da região em articular, fora das escolas, suas pautas.

Nesse congresso, foi aprovado o estatuto da Umes, que o definiu como "o fórum máximo de decisão dos estudantes de São José dos Pinhais" (ESTATUTO DA UMES, 2007, [n. p.]), além de constitui-lo como uma instância deliberativa da entidade, que elege sua diretoria. No estatuto se previa, também, que no congresso se deveria "decidir sobre as posições que a entidade deve assumir [...]" (ESTATUTO DA UMES, 2007, [n. p.]), não à toa que num dos cartazes de divulgação desse encontro havia uma informação sobre os "Grupos de Trabalho" (CARTAZ CONGRESSO, 2007), os quais foram divididos da seguinte maneira: "conjuntura nacional e internacional, Movimento Estudantil, Educação e Cultura" (ATA DE FUNDAÇÃO, 2007, [n. p.]). À vista disso, depreende-se que o movimento desejava, desde a sua emersão, assim como a maioria do MECL, inserir-se no campo da política, operando para tanto uma transformação, como parece ficar claro, quando o entrevistado "J" afirma que o seu ingresso no ME, decorrente da ida de lideranças do movimento em sua escola, originou-se de seu entendimento de que aquilo era interessante. Esse entrevistado viria a ser mais à frente, num dos congressos da Umes, eleito presidente da agremiação.

Sobre essa transformação, Bourdieu considera que "[...] quem quer que entre para a política, [...] deve operar uma transformação, uma conversão. Mesmo que esta não lhe apareça como tal, mesmo que não tenha consciência disso, ela lhe é tacitamente imposta, e a sanção em caso de transgressão é o fracasso ou a exclusão" (BOURDIEU, 2011b, p. 195). Nessa esteira, acredita-se que os participantes da Umes, mais familiarizados com as questões da educação que os rodeavam na escola, ao expandirem sua atuação, colocaram-se na política, decerto por isso os grupos de trabalho com discussões políticas e a tese que foi veiculada no terceiro congresso, por alguns estudantes que concorreriam à direção da Umes, defendendo a entidade como "instrumento de luta". Afirmava a tese, "[...] as lutas sociais e o desejo de mudança para um país cada vez mais

soberano, acompanhado do sentimento de amor pela pátria foram os motivos pelo qual formulamos este material, contendo nossas principais ideias de luta e defesa dentro de São José dos Pinhais e do Brasil" (MOVIMENTO MUTIRÃO, 2010, [n. p.]). O congresso anterior, o de nº 2, não tinha uma tese, todavia contou também com um conjunto de grupos de trabalho. Esse congresso foi realizado no ano de 2009, no mesmo colégio em que se realizou o primeiro encontro, e, segundo um jornal que havia nesse período, o evento aconteceu com o apoio do ex-secretário-geral da entidade; da Secretaria Municipal de Promoção Social do município; e do vice-presidente da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES) (JORNAL CORAÇÃO DE ESTUDANTE, 2009, p. 3).

No terceiro congresso, ocorrido em 2010, praticamente um ano depois do segundo, o então presidente foi novamente eleito, afirmando que daria continuidade à criação de Grêmios Estudantis e ao fortalecimento do movimento, porque acreditava que "[...] além de estar contribuindo com o processo de democracia na escola, o Grêmio leva inúmeras benfeitorias ao colégio a que pertence", conforme noticiou a matéria assinada por Ferreira (2010, [n. p.]) No quarto congresso, ocorrido em 2012, e no quinto, ocorrido em 2015, também se observou a realização de grupos de trabalhos, confirmando a intenção de definir, aparentemente de modo coletivo, as lutas que a Umes deveria seguir. Uma das notícias, veiculadas pelo Coletivo Upes de comunicação, evidenciava essa prática, "[...] pautas importantes como movimento estudantil e educação, comunicação, e juventude, acesso à cultura, esporte e lazer" (COLETIVO UPES DE COMUNICAÇÃO, 2012, [n. p.]) foram debatidas.

Por último, cabe ressaltar a maneira com que se dava a participação dos que votavam nesses congressos estudantis, organizados pelas Umes. No congresso de nº 5, por exemplo, a denominada "tiragem de delegados", identificada como as escolhas de estudantes nas escolas para votarem no congresso, dava-se a partir do preenchimento da "Ata de eleição dos delegados", que continha o seguinte texto, a ser completado pelos estudantes de cada escola.

> Aos_____dias do mês de _____ de dois mil e quinze, na série ____, turma____, turno _____, realizou-se a eleição dos(as) delegados (as) e suplentes para o quinto congresso dos estudantes secundaristas de São José dos Pinhais (ATA DE

ELEIÇÃO DOS DELEGADOS, 2014, p. 2).

Essa forma de escolha, inspirada nas instituições do MECL[6], era marcada pela ida dos organizadores dos congressos às escolas. Isso fica constatado na leitura das atas de tiragem dos delegados, quando menciona a exigência da inserção da série e da turma na ata, como também segundo o depoimento do entrevistado "J", que afirma que o seu envolvimento com o ME se deu com a ida de outros estudantes à sua escola, convocando-os para comporem a Umes.

Entende-se, assim, que os congressos eram uma forma de os estudantes se destacarem, dando visibilidade às suas bandeiras e ideias. Ao tomar como prática, isto é, enquanto tática, esses congressos, por meio de suas atividades, desejavam que suas resoluções se tornassem reais, conquistadas. Talvez por esse motivo o esforço da entidade em reunir na abertura de seus congressos algumas autoridades políticas, como representantes de sindicatos da região, integrantes de partidos políticos e de outros movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, analisaram-se duas ações da Umes, realizadas de 2007 a 2015, denominadas como práticas, porque buscavam a conquista das reivindicações do movimento. Elas eram empreendidas enquanto táticas, de acordo com o sentido dado por Certeau (2014), e sucediam-se quando os estudantes realizavam suas reuniões, promoviam seus congressos e/ou suas carteirinhas, a fim de que suas bandeiras fossem divulgadas e, por consequência, conquistadas. Para tanto, eram convocados a se deslocarem de seu campo original, a educação, para ingressarem em outro, o da política.

A Umes era uma agremiação de estudantes, localizada no município de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, no Paraná, fundada no ano de 2007, a partir de seu primeiro congresso, realizado em uma escola pública da região. Essa entidade estudantil tinha estatuto próprio e um modo de funcionamento correspondente ao de agremiações similares, como a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e a União Paranaense dos Estudantes

[6] No *site* da Ubes é possível encontrar, quando se pesquisa sobre os congressos, inúmeras menções às atas de tiragem de delegados.

Secundaristas, o que leva a inseri-la naquilo que se denominou como Movimento Estudantil Clássico (MECL).

A noção de ME que se discutiu neste estudo o caracteriza como um movimento de movimentos, porque se compreendeu que, em função da pluralidade dos sujeitos que compunham a Umes, as práticas se constituíam segundo as relações que os guardavam, fundamentalmente de poder, haja vista que a formulação de suas atividades era mediada de acordo com o lugar que cada um ocupava em cada momento na agremiação. Sendo assim, o poder era revezado, nunca estabilizado, imobilizado, de tal forma que cabia a um e outro estudante seguir, sempre, as orientações do colega. Isso fica evidenciado nas diferentes práticas empreendidas, como na organização das carteirinhas, na organização dos congressos ou mesmo na proposta de ações por diferentes integrantes.

Apesar de sublinhar duas práticas em particular, realizadas pelos estudantes no período de 2007 a 2015, sabe-se que há uma quantidade infinita que, certamente, eram realizadas pela Umes, todavia que não foram aqui destacadas, inicialmente por ocasião dos limites de paginação do texto, mas também, quiçá, em decorrência de seu esquecimento pelos próprios envolvidos ou em virtude do seu apagamento nos documentos que foram pesquisados. Da mesma forma, acredita-se que haja imensa gama de atividades empreendidas em outras agremiações, ligadas ao MECL, que não se observou na Umes de São José dos Pinhais, em decorrência das mesmas razões apontadas. Portanto, o que fica claro é que há muito trabalho a ser feito pelos pesquisadores em história da educação nessa área de estudos, que, embora pouco estudada, preserva importantes contribuições para se pensar acerca da educação brasileira, e, principalmente, acerca das formas com as quais se trata os movimentos de estudantes nas instituições de ensino, em boa parte dos casos parcamente considerados na administração das escolas.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral?** Possibilidades para além da construção do passado. CPDOC-FGV – Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/869.pdf . Acesso em: 15 fev. 2023.

ALI, Tariq. **O poder das barricadas**: uma autobiografia dos anos 60. São Paulo: Boitempo, 2008.

ATA DE ELEIÇÃO DOS DELEGADOS. **Ata de eleição dos delegados do 5º Congresso dos estudantes secundaristas de São José dos Pinhais**. UMES. 17 de outubro de 2015. São José dos Pinhais, 2015.

ATA DE FUNDAÇÃO. **Ata de fundação da União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) realizada no dia 31 de março de 2007**. São José dos Pinhais, 2007.

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 2, p. 3-26, jul./dez., 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo. Acesso em: 11 jan. 2023.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5. Brasília, janeiro-julho de 2011b, p. 193-216. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/3JY6Zsr9yVZGz8BYr5TfCRG/?lang=pt. Acesso em: 10 fev. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRITO, Luciana Ribeiro de. **"Você fecha minha escola e eu tiro o seu sossego"**: ocupações secundaristas e movimento estudantil. 2018. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

CARTAZ DA UMES. **Agora os estudantes de São José dos Pinhais têm a carteirinha UMES**. São José dos Pinhais, [2008].

CARTAZ CONGRESSO. U**nião Municipal dos Estudantes Secundaristas de São José dos Pinhais**, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

COLETIVO UPES DE COMUNICAÇÃO. **União Municipal dos Estudantes de**

São José dos Pinhais voltará a funcionar após muito tempo de abandono. São José dos Pinhais, 23 de abril, 2012.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Rev. Bras. Educ.**, dez., 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/?lang=pt. Acesso em: 10 mar. 2023.

ESTATUTO DA UMES. **Estatuto da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São José dos Pinhais**. 31 de março de 2007. São José dos Pinhais, 2007.

FERREIRA, Rafael. UMES realiza 3º congresso dos estudantes. **Jornal Coração de Estudante**. São José dos Pinhais, ano II, edição 20, primeira quinzena de abrir, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. *In:* GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

GROPPO, Luís Antonio. **Autogestão, universidade e movimento estudantil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

JORNAL CORAÇÃO DE ESTUDANTE. **UMES faz congresso histórico na cidade**. Suplemento Especial do "Nosso Jornal", edição semanal 03/09. 2 de abril de 2009, São José dos Pinhais, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEME, Renata Bento. **Movimento estudantil secundarista como resistência às políticas educacionais neoconservadoras**: as ocupações de escolas públicas nos estados de São Paulo, Goiás e Paraná (2015-2016). 2018. 239 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000223922. Acesso em: 22 fev. 2023.

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MARROU, Henri-Irénnée. **Sobre o conhecimento histórico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1954.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua nova**. São Paulo, n. 1, p. 49-66, jun., 1989. Disponível em:

http://www.scielo.br/pdf/ln/n17/a04n17.pdf. Acesso em: 23 fev. 2023.

MENDES JUNIOR, Antonio. **Movimento estudantil no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 66, p. 117 -149. Out., 2003. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/66/RCCS66-117-149-Marcos%20Mesquita.pdf. Acesso em: 23 fev. 2023.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. **Identidade, cultura e política**: os movimentos estudantis na contemporaneidade. 377f. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17190. Acesso em: 10 mar. 2023.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, n.05-06, pp.143-150, set./out./nov./dez., 1997. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24781997000200012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jun. 2024.

MUTIRÃO TESE 2005. **Mutirão nacional pela reforma universitária**: teses para o 49º congresso da UNE, 2005.

MOVIMENTO MUTIRÃO. **3º Congresso da UMES**. Encarte especial do Jornal Coração de Estudante, março de 2010. Jornal Coração de Estudante, segunda quinzena de março de 2010, ano II, edição 19, São José dos Pinhais, 2010.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 5. ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

PROJETO UNE PELO BRASIL. **União Nacional dos Estudantes**, 2010.

SANTOS, Jordana de Souza. **O movimento estudantil na "democratização***":* crise da era Collor e neoliberalismo. 2018, 224 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2018. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/166418. Acesso em: 12 mar. 2023.

SILVA, Paulo Vinícius. **Ato no Banco Central do DF**: "juros não! Trabalho, saúde e educação". União Nacional dos Estudantes março, 20012. Disponível em: https://www.une.org.br/2012/03/ato-no-banco-central-do-juros-nao-trabalho-saude-e-educacao-2/. Acesso em: 1 mar. 2023.

SIMÃO, Caio Ragazzi Pauli. **O movimento estudantil na produção acadêmica no campo da educação**: uma lacuna a ser preenchida? 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade

Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

UMES FIRMA CONVÊNIOS na Vila Quissisana. **Comunidade**. São José dos Pinhais, [2008].

Recebido em 22/07/2023.

Aprovado para publicação em 31/07/2024.